



**CENTRO DE MEMÓRIA DO ESPORTE
ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**

PROJETO GARIMPANDO MEMÓRIAS

PAULO JOSÉ CABRAL LACERDA

(Depoimento)

2017

CEME-ESEF-UFRGS

FICHA TÉCNICA

Projeto: Garimpando Memórias

Número da entrevista: E-766

Entrevistado/a: Paulo José Cabral Lacerda

Nascimento: não informado

Local da entrevista: Belo Horizonte - MG

Entrevistadoras: Pamela Siqueira Joras, Mayara Cristina Mendes Maia e Adriana Gomes Zimmermann Fontanella

Data da entrevista: 27/04/2017

Transcrição: Wilian Antiqueira da Luz

Copidesque: Pamela Siqueira Joras

Pesquisa: Pamela Siqueira Joras

Revisão Final: Silvana Vilodre Goellner

Total de gravação: 53 minutos e 57 segundos

Páginas Digitadas: 18 páginas

Observações:

Entrevista realizada para o projeto *Memórias do Programa Esporte e Lazer da Cidade/Vida Saudável* desenvolvido pelo Centro de Memória do Esporte.

* Esse documento tem como base as orientações do “*Manual prático para esclarecimento de procedimentos básicos a serem realizados nas entrevistas*” versão de 2016, desenvolvido pelo GRECCO – Grupo de Estudos em história, Cultura e Esporte, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. O LECCORPO realizou algumas alterações de formato.

O Projeto Garimpando Memórias está autorizado a utilizar, divulgar e publicar, para fins de pesquisa acadêmica, extensão e ensino, esta entrevista de cunho documental e histórico. É permitida a citação, no todo ou em parte, desde que a fonte seja mencionada.

Como citar: LACERDA, Paulo José Cabral. Entrevista concedida por Paulo José Cabral Lacerda ao Projeto Garimpando Memórias. Entrevistadoras: Pamela Siqueira Joras, Mayara Cristina Mendes Maia e Adriana Gomes Zimmermann Fontanella. UNIVASF, UFRGS, Belo Horizonte (MG), 27 abr. 2017, 21.p.

Sumário

Formação acadêmica em Educação Física; Envolvimento com esporte; Programa Esporte e Lazer da Cidade; Atuação como formador; Esporte e Lazer; População atendida pelo Programa Esporte e Lazer da Cidade; Avaliação do Programa Esporte e Lazer da Cidade; Reflexão sobre o papel social das políticas públicas de esporte e lazer. Experiência nas visitas pedagógicas; Sugestões para a qualificação do Programa; Dificuldade de implementação de políticas públicas; Esporte e lazer como direitos sociais.

Belo Horizonte, 27 de Abril de 2017. Entrevista com Paulo José Cabral Lacerda a cargo das pesquisadoras Pamela Siqueira Joras, Mayara Cristina Mendes Maia e Adriana Gomes Zimmermann Fontanella para o Projeto Garimpando Memórias do Centro de Memória do Esporte.

P.J – Paulo, primeiro eu queria te agradecer até pelo adiantado da hora de tu disponibilizar um tempo para conversar conosco e eu gostaria que tu iniciasses contando um pouco da tua formação e como a temática do lazer apareceu na tua trajetória.

P.L – Boa noite, eu que agradeço a oportunidade. Minha formação inicial em Educação Física e como muitas narrativas aí, a escolha do curso, o processo formativo e minha trajetória até aqui ela me parece ter o mesmo eixo que é a jornada como atleta. Eu fui corredor de rua, depois fui para o atletismo e aí, por falta de condição e apoio, eu tive que parar com essas práticas, de competir e tudo mais, principalmente o triatlo que era muito caro. E isso coincidiu mais ou menos com a época que eu tinha que decidir o que eu ia fazer, que campo de atuação, que curso eu iria escolher, então escolhi Educação Física e no primeiro ano da graduação eu vi que não podia conciliar o meu papel de atleta, com o de acadêmico, com o de uma pessoa que precisava trabalhar para se manter, quer dizer, a falta de apoio acabou me levando para essa direção. Então nessa linha, sempre me inquietou o fato de eu não ter tido a oportunidade por parte, seja por um apoio do estado, ou de empresas, uma política, que permitisse seguir com a carreira de atleta. Então, querendo ou não, essa inquietação me acompanhou ao longo da formação, e aí nesse meio tempo enquanto eu me formava, eu acabei atuando como preparador físico de futebol. Eu comecei como estagiário já no primeiro ano também de um clube de futebol profissional na cidade, aí no segundo ano eu assumi a parte de preparação física e isso me acompanha até o fim da minha formação...

P.J. – Desculpa te interromper, mas onde tu fizeste Educação Física?

P.L. – Na Universidade Federal de Goiás, no município de Jataí. Eu tive a oportunidade na graduação de trabalhar com o futebol como preparador físico da categoria profissional, até as outras categorias que acabou que fui ficando por conta dessa minha inquietação com relação a política pública de esporte. No caso, eu acabei coordenando também na época, as

categorias de base e circulava muito por ali e isso culminou com a minha temática que foi desde a monografia, de discutir políticas públicas de lazer. Me lembro que a temática foi “O papel da prefeitura nos Jogos Abertos do estado”, alguma coisa assim e nessa sequência foi a especialização também em política pública. Pesquisei também um pouco mais sobre Jogos Abertos. No mestrado segui a mesma linha, discutindo política pública em uma associação de basquete em Tocantins, e agora no doutorado eu estou discutindo o reconhecimento na política pública de lazer, essa sim verticalizada ao lazer. Então, assim, a temática sempre me acompanhou e ela surge de uma inquietação, exatamente essa narrativa que nós não temos isso de forma geral, o reconhecimento por parte do poder público para que aquelas pessoas que de algum modo vão se destacando na carreira esportiva, que elas sigam seu caminho, assim como outras sigam outros caminhos. Então isso pautou muito minha formação e pauta ainda. Também, é óbvio, como eu trabalhei com futebol, acabei estudando bastante a questão do treinamento, fisiologia, porque não tem como você atuar em um campo desse, sem dominar minimamente isso aí. E foi uma experiência muito bacana porque trabalhar com futebol, que é o que a gente tem discutido sempre, embora sejamos uma nação apaixonados por futebol, usar o que intitulamos como país do futebol, atuar e trabalhar com futebol é muito difícil, porque todo mundo se sente no direito de fazer o seu trabalho, de julgar, ou de ser um entendedor do assunto, e não é bem por aí. Isso serve e se entende as práticas corporais e pedagógicas na escola... Também depois que eu me formei me mudei do estado de Goiás e fui para Tocantins porque eu passei em um concurso. Então em Tocantins eu fiquei dez anos, mais ou menos dez anos, os dois primeiros anos eu atuava na rede estadual de ensino, na escola, ensino fundamental e também ingressei na universidade, no município fiquei lá por um longo tempo. Depois, em 2008, eu passei em um concurso na Universidade Federal de Goiás e voltei para mesma cidade que eu me formei, para a mesma universidade que eu me formei.

P.J. – E como tu conheceu o PELC¹, qual foi o teu primeiro contato com o Programa?

P.L. – Meu primeiro contato com o Programa aconteceu em Tocantins ainda quando eu morava lá. Saiu uma chamada do PELC e nós concorremos a esta chamada, mas infelizmente nós não fomos contemplados, foi contemplado um outro desdobramento do PELC não lembro, alguma coisa assim com universidade. E como na época eu também era

o professor da disciplina de lazer, querendo ou não, a gente tinha que aproximar um pouco, tentar entender o que acontece, o que estava acontecendo até então no país em relação a política pública de esporte e lazer, então naturalmente que ao buscar isso você acaba chegando ao PELC. Então muito levado por isso, e em 2013 surgiu a chamada... Eu entrei no PELC em 2013, não sei se eu estou antecipando alguma pergunta e, aí em 2013, acabou tendo uma chamada pública para formador, me inscrevi e deu certo de participar do PELC.

P.J. – E para concorrer para ser formador, como foi a preparação pessoal para ser formador? Teve algum envolvimento do Ministério²?

P.L. – Eu posso dizer que o Ministério, querendo ou não, sempre dá um suporte, e o principal suporte são esses encontros como este que está acontecendo. Antes a gente chamava “Formação Formadores”, alguma coisa assim, então o Ministério sempre dava suporte. Um outro suporte que eu tive é que como eu fiz o meu mestrado em Piracicaba, na UNIMEP³, na época o professor Marcellino⁴ ainda dava aula lá, querendo ou não ele é uma das pessoas que está na base da constituição do PELC, da base histórica, da base teórica, nós temos uma base teórica pautada em Marcellino muito forte. E eu entendo assim, que essa discussão me ajudou muito, acho que a formação na UNIMEP foi fundamental nesse processo, porque foi quando... Eu fiz o mestrado em 2008, 2006, alguma coisa assim, o que eu estudei lá, é basicamente a base das diretrizes, a base, a fundamentação, então isso foi muito importante. Eu não tenho dúvida que meu processo formativo, meu mestrado em Piracicaba em específico contribuiu muito com isso. Então, entrando no PELC, o Ministério dá esse suporte e além disso, outros suportes importantes são o dos colegas, formadores mais antigos, que acaba que você tem os contatos, vai conhecendo as pessoas, e eles ajudam bastante. Às vezes você precisa do apoio de um material, é uma dúvida, então, se tem uma resposta muito rápida dessa turma e isso é muito importante, a qualquer momento que a gente tem alguma dúvida mais significativa, a gente procura a equipe da UFMG⁵ e eles são sempre à disposição.

¹ Programa Esporte e Lazer na Cidade.

² Ministério do Esporte.

³ Universidade Metodista de Piracicaba.

⁴ Nelson Carvalho Marcellino.

⁵ Universidade Federal de Minas Gerais.

P.J. – E tu atua como formador somente no PELC Todas as Idades ou atua também no Vida Saudável e no Comunidades Tradicionais?

P.L. – Atuo em todos, embora eu não tive ainda a oportunidade de fazer uma formação para Povos e Comunidades Tradicionais, mas me recordo da formação em Vitória, de uma formação em que a gente estava debatendo e deliberando sobre uma espécie de diretrizes para formadores, o que é o conteúdo para cada uma dessas vertentes do Programa, e a discussão sobre Povos e Comunidades Tradicionais de algum modo, não sei porque, me chama a atenção. Eu tenho um carinho especial por eles, embora eu nunca tenha feito uma formação com esse grupo.

P.J. – Tu pode falar um pouquinho da tua percepção sobre as diferenças de uma formação no PELC Todas as Idades e no Vida Saudável, se existe essa diferença?

P.L. – Ela existe, claro, uma diferença significativa em termos de nuance, uma nuance diferente, porque o que... As diretrizes mudam muito pouco de uma para outra do meu ponto de vista. É claro que você tem o quê? Um direcionamento para um grupo específico, ou um grupo, uma faixa etária específica ou um grupo especial, específico, que exige de nós um esforço em poder atender essa demanda, mas que no final, quando a gente entende como uma política de lazer que visa democratizar o acesso, é exatamente o público alvo que me determina a quem eu quero possibilitar esse acesso. Uma vez determinado esse público alvo, naturalmente a metodologia de trabalho muda. Agora se você me perguntar honestamente se muda, se é completamente diferente, difuso, não, não é! Eu acho que eles são muito imbricados um no outro. Se a gente pegar, do meu ponto de vista, as diretrizes, o que ela pretende como objeto final né, elas são muito parecidas, o que muda obviamente são os públicos.

P.J. – Tu falou um pouquinho do público e dos agentes. Tu percebe alguma diferença no perfil dos agentes que trabalham com o PELC Todas as Idades e no Vida Saudável?

P.L. – Eu percebo diferenças sim. Claro que não dá pra dizer que em um grupo como esse não vai haver diferença, tanto é que uma das questões que a gente tem debatido de longa data, é como que a gente pode dar uma unidade a mais para aquilo que a gente pretende

passar nas formações nos diferentes lugares, para diferentes grupos e diferentes formadores porque cada qual se você... Eu imagino que se você sentar aqui, pegar o computador de cada um e pedir para te falar sobre determinado assunto, cada um vai abordar ou com *Power Point* diferente, ou com o mesmo *Power Point* em uma contextualização totalmente diferente. Então, eu percebo sim essas diferenças, até porque as histórias de vida de cada um levam a um ter mais afinidade com o trabalho do que o outro.

P.J. – E quais são as temáticas que vocês têm desenvolvido nas formações, tanto em um quanto em outro?

P.L. – Olha, eu não sei se eu tenho as credenciais para falar no coletivo, mas veja que nós temos alguns problemas que não nos permite avançar muito na formação, então, por exemplo, você pega o módulo introdutório um e dois, principalmente o um, nós basicamente destrinchamos as diretrizes e fechamos grade horária. Só que o problema da grade horária, que do meu ponto de vista é um dos problemas mais sérios que nós temos na condução do processo, ele acaba por exigir da gente um esforço muito além daquilo que a gente havia planejado, porque pensar a grade horária não é só pensar uma composição de pessoas em determinados lugares, fazendo alguma coisa. Não é isso. Há algo que antecede isso, então sim, como contratação, compra de materiais, licitação, tudo isso que é o período aí da formação dos pré-requisitos para que se ganhe a ordem de início. Então há uma formação, há um *delay* aí entre a formação, os conteúdos e a parte que eles precisam para ganhar a ordem de início, como se fosse uma espécie de corrida. Eles correm muito para ganhar a ordem de início e aí eles pagam qualquer preço para ter essa ordem de início, que isso impacta muito na nossa formação e além disso, acaba que o trabalho do formador ele não é trabalho meramente programático, é complicado a gente dizer ou afirmar que nós vamos seguir uma programação que vai servir para qualquer lugar, porque você chega em um lugar e você tem problemas, como por exemplo, problemas de relacionamento, então as vezes... Bom, problema de relacionamento no trabalho de formação, *mas como que é isso?* Nas diretrizes nada fala disso... Mas se você não resolver e não aparar algumas arestas dentro da composição daquele grupo, o grupo não se abre para formação. Assim como enquanto você não responde outras questões como, sei lá, remuneração, materiais e etc., você também não avança na formação. Então há uma angústia que antecede os nossos

conteúdos e que se você não esgota isso, a formação não caminha. Então em termos, que é a pergunta, em termos de conteúdo, foi essa a pergunta, não é?

P.J. – Isso!

P.L. – Que nós trabalhamos e as diferenças de um para outro, como que eu particularmente vejo e como que eu trabalho: Se a gente pegar as três diretrizes e as três vertentes do Programa, você vai observar que mais uma vez é uma questão de nuance. Então assim, na medida que você tem um trabalho que é para Povos e Comunidades Tradicionais, você tem que é o PELC Urbano, Todas as Idades e um PELC Vida Saudável, ele determina o público, ele determina em alguma medida os espaços, principalmente quando eu falo de Povos e Comunidades Tradicionais e, naturalmente, os conteúdos e a forma de trabalhar com essas pessoas. Só que por outro lado, há uma unidade entre eles. O que, do meu ponto de vista, diferencia, são as sugestões de atividades práticas, ou seja, das oficinas e como é que a gente vai alocar esses conteúdos, esses métodos, dentro da grade horária. Então para mim, muda isso. E em algumas situações, é claro que você tem um material de apoio específico para aquele grupo que você está trabalhando. E aí é interessante, mesmo que a gente trabalhe com, por exemplo, o PELC Todas as Idades ou o PELC Urbano, há uma demanda muito grande sempre, mesmo dentro dessa vertente, de atividades para grupos especiais e para idosos. Então isso é uma demanda que eles sempre trazem, porque eles têm muita dificuldade, assim como, continuando ainda nesta vertente, a questão da violência, a questão das drogas, da exclusão, então, são temas que acaba demandando da gente em uma via de mão dupla, uma vez que a gente programa, a gente procura executar, mas sempre em diálogo com a turma.

P.J. – Tu falou um pouquinho agora das formações e, originalmente, vocês são formadores regionalizados. E de um tempo para cá vocês passaram a atuar em várias regiões do País. Tu pode falar um pouquinho para gente de como é atuar nesses diferentes locais e como isso interfere na formação?

P.L. – Sim. Do meu ponto de vista eu acho que essa é a maior riqueza que o PELC tem porque na medida que a gente setoriza uma formação em uma região que já é a minha região, claro que isso me traz benefícios, principalmente de logística, de otimização de

tempo e etc. Só que quando se tem a oportunidade de você trocar cultura, uma cultura regional de um lugar do País com a de outro, esse processo se torna muito rico do meu ponto de vista, principalmente porque algumas que para o meu olhar, no meu lugar são naturais, e por isso acabam passando sem que eu tenha a exata sensibilidade e medida da importância daquele detalhe, quando eu vou para outra realidade, isso faz toda a diferença. E essa relação de troca é muito bacana porque, quando uma pessoa chega de fora daquela região, as pessoas que te recebem, fazem questão de retomar ou de mostrar aquilo que caracteriza aquelas pessoas. É diferente quando, por exemplo, eu sou da região Centro Oeste do Estado de Goiás, é diferente de quando eu vou para o meu Estado, quando você chega lá as pessoas já sabem de onde vem este formador, então, é como se a gente começasse a formação do meio do caminho. *Então tudo bem ser da região, você já sabe isso, isso, e aquilo, e segue a coisa.* Como nós somos de fora, quando a abriu por uma série de razões essa possibilidade de ter esse fluxo pelo País inteiro, eu acho que enriquece o Programa, porque nós conseguimos retornar para o Ministério do Esporte essa diversidade cultural, assim como enriquece o lugar que nós estamos indo porque nós também levamos, além de receber aquele conhecimento, aquela cultura diferente da nossa. Nós levamos a nossa, além disso um despertar e há uma sensibilidade maior para você poder enxergar aquilo que a gente vai naturalizando na medida em que eu to no meu *locus* no meu lugar, no meu habitat.

P.J. – Quais as regiões que tu já fizeste formação, além do Centro Oeste?

P.L. – Em termos de grandes regiões, em todos os lugares eu fiz formação, basicamente os formadores têm atuado nessa perspectiva também. Não tive oportunidade de conhecer todos os Estados, até, por exemplo, região Norte, ela tem uma carência histórica muito grande em convênios. A região Nordeste teve uma grande ascensão, porque os grandes convênios, o maior convênio vigente até então era no Estado do Ceará, então, acabou que a gente teve muita ação centralizada lá, as nossas visitas vai variar muito de acordo com as demandas com os editais que respondem aí a demanda que o poder público vai sensibilizando mais ou não.

P.J. – Tu falou que viajou para vários lugares, tu poderia falar um pouquinho para gente das visitas pedagógicas e alguma coisa que tu destacaria de alguma delas assim?

P.L. – A visita pedagógica é interessante porque ela não existia na formação original. E o PELC tem essa peculiaridade que a gente sempre reforça, não no sentido de enaltecer de forma grosseira um projeto por nós fazermos parte dele, mas o PELC tem uma natureza interessante que eu costumo pensar muito como artesanato. Então ele é um dos poucos programas, talvez o único, que em algum momento, alguma pessoa que está ligada ao projeto do Ministério, seja a equipe da UFMG e etc., vai visitar em *loco* os convênios, por quatro vezes. Isso é muito, isso é algo que precisa ser visto como muito rico, muito importante. Então a visita pedagógica e essas quatro visitas elas surgem, na verdade, em resposta a necessidade de acompanhar esses convênios mais de perto, não na ideia da fiscalização que infelizmente eles tem muito esse sentido da ideia de que você vai fiscalizar, você vai controlar, você vai cortar verba, você vai estar lá para punir. E não é esse o sentido, tanto é que a visita pedagógica é vista por eles como trabalho de fiscalização, é interessante isso. Então não havia essa ideia da visita pedagógica por um longo tempo, isso é uma história recente no Programa, e que ela veio a qualificar bastante as ações. Porque uma coisa é a gente discutir política, por mais que o formador seja a pessoa que está junto em contato com a ponta, ver o lugar que eles atuam ou ver a atuação deles, também por mais que essa atuação, muitas vezes, ela está ali no superlativo ela está ali hipertrofiada porque, afinal, vem uma pessoa de fora. Então ali eles vão tentar mostrar o que eles tem de melhor, ou mesmo vão simular o que eles podem ser de melhor, não sei, não posso afirmar que aquilo que a gente vê é uma realidade cotidiana. Mas é fundamental, porque é um momento em que você visita a cidade, a realidade, você tem muita possibilidade de diálogo com a população local, com a comunidade local em um diálogo muito aberto que, por mais que eles possam ter essa noção que nós estamos lá para vigiar e etc., e que eles tentam as vezes só o que tem de bom, não mostram o que eles tem de ruim porque eles tem medo às vezes. Mas, querendo ou não, a própria experiência que a gente vai adquirindo te dá algumas pistas sobre o convênio e a visita é muito bacana nesse sentido, porque você sente exatamente como o poder público tem incentivado, como ele não tem incentivado, como que a relação daquele agente social na oficina que você teve a possibilidade de observar ou não, como são as condições das instalações, dos equipamentos, esses equipamentos tem uma história... O PELC permitiu que na história recente aquele lugar fosse melhor estruturado, organizado, como que o PELC impacta essas realidades, então, a visita pedagógica é sensacional. E é um momento de bastante

revelação, é um momento de bastante denúncia de realidade também porque, às vezes, você em uma formação, em um relato, que você tem de quinze, vinte, trinta minutos, uma hora que seja, para os agentes ou para os coordenadores apresentar a realidade, a realidade é sempre muito bonita. Porque eles vão levando a sujeira, vão empurrando a sujeira para debaixo do tapete, porque a ideia da visita, que era para ser pedagógica, para eles tem um sentido diferente, que é uma visita de fiscalização, e não é bem isso aí. Então, até a gente descobrir,, e até nós levantarmos esse tapete para olhar para aquilo que foi levado para debaixo desse tapete e atuar, porque é ai que a gente tem que atuar, porque o que está funcionando está muito bom, é ótimo, o que está funcionando se mantém, agora o que não está funcionando, esse é o problema. Mas até que você tenha as condições para você alterar aquela realidade ou propor uma mudança junto com a gestão local, você tem de quebrar esse bloqueio, você tem que desarmar essas pessoas e dizer: “Olha, eu estou aqui para ser mais um com vocês, nós não jogamos contra, nós jogamos com vocês”. E a visita pedagógica ajuda muito, porque é um momento... As pessoas te recebem, seja a equipe gestora, seja os agentes, você conversa bastante, é basicamente... Por exemplo, eu tive uma formação semana passada, você fica... Num dia você vai ficar doze horas com uma pessoa, doze horas andando, doze horas conversando, almoçando, jantando, batendo um papo, e não tem jeito, é nesse momento que você aquebranta as possibilidades de que esse convênio se feche, para que não se enxergue aquilo que precisa ser alterado, então, a visita pedagógica é fundamental. Tanto é fundamental, que, pelo relato dos colegas e do meu ponto de vista, ela pauta todo o processo, o que vai pautar o processo da formação, quando há a oportunidade da visita pedagógica, é a própria visita, porque é a visita que você começa a dialogar isso e quando que é a sua grade horária, como é a composição, o que esse lugar comporta, o que aquele lugar não comporta, quais são as alterações, as apropriações, o que se pode apropriar, o que se pode sensibilizar com a comunidade, o que se pode impactar ainda mais no uso daqueles espaços e equipamentos, e como que tudo isso vai convergir numa política de lazer para o município.

P.J. – E na tua opinião, como que as formações têm impactado nos núcleos?

P.L. – A uma especificidade de formação em serviço, formação presencial... A formação é um dos pilares, uma das características do Programa, que faz desse programa do meu ponto de vista também diferente. Porque o que a gente vê, infelizmente em política pública, é

uma política que chega aos lugares, quando chega aos lugares, mas você não tem um apoio pedagógico, você não tem um apoio de pessoas para dialogar com aquilo em consonância com a realidade local. Isso é muito ruim porque as pessoas não sabem fazer. Não sabem, muitas vezes, nem você tendo um apoio técnico, um apoio pedagógico que seja, eles já têm muita dificuldade, quem dirá uma política que seja via email, via documento e a pessoa precisa implementar. A consequência disso, do meu ponto de vista, é que os processos e as políticas que nós temos acompanhado, acabam trazendo um fardo para as formações e para o programa que é o PELC, no caso muito pesado, porque há, infelizmente, um vício muito grande nos municípios, de políticas assistencialistas. O que é uma política assistencialista dentro dessa pergunta que você me fez? Uma política assistencialista é uma política que não tem um viés formativo, eu simplesmente trato números, eles querem saber se eu vacinei, se eu não vacinei, quantos núcleos eu abri ou fechei, quantos eu atendi ou não atendi. Mas não há um processo formativo nisso, um processo formativo em mão dupla, em que esses agentes, os próprios formadores, os gestores são formados, mas que essa capacidade de formação venha a comunidade, que ela chegue à comunidade, e que isso seja um diálogo permanente. Então, o que eu estudo, que a gente trabalha em uma formação em serviço ou que se trabalha em uma formação presencial, como um potencial de transformação de realidade local, não assim de uma transformação radical, porque isso também é um peso muito grande que a gente corre o risco de carregar e que não é bem a nossa função. A formação ela é fundamental! Ela é estruturante nas diretrizes, ela faz toda diferença no processo formativo, agora se você me perguntar elas são eficientes do ponto de vista do que é idealizado, dentro de uma diretriz, não, não são. Principalmente porque a formação em serviço ela não é levada a sério. E aí eu acho que retomo a ideia dos programas assistencialistas. Ou seja, em uma política que vem de cima para baixo sem o acompanhamento, eu faço o que eu quero e estou dizendo... O papel aceito, o sistema pode até aceitar, na formação em serviço não! Se você não faz a formação em serviço que a formação em serviço é aquele trabalho artesanal, semanal, é o trabalho diário de se escutar as pessoas, de ter um *feedback* constante da população, da comunidade envolvida e trazer aquelas questões para formação... Na formação, não só a discussão ela é importante, porque muitas vezes até existe a discussão junto com o grupo, o problema é que não há o avanço dessa discussão, não há um mecanismo de equacionamento desses problemas ou dessas questões por via do estudo, por via de um trabalho sistematizado, organizado, então, nesse aspecto as formações deixam a desejar e nós percebemos isso. É muito nítido quando

você sai de um módulo para outro, e você recebe o retorno de um grupo que tem feito a formação em serviço dentro daquilo que minimamente pede as diretrizes e do grupo que rola a bola e “segue o enterro” do jeito que está. É claríssimo, é claro, porque, uma vez que o processo formativo, o processo da formação é investido dentro daquilo que se propõe o impacto... E é interessante, é rápido, é direto e profundo. Porque a gente tende também a dizer do impacto a longo prazo, agora a formação é interessante, a formação ela impacta no imediato. Então uma pessoa quando se abre para a formação... Costumo dizer assim, que depois de uma formação, depois de se ler um texto, eu não posso terminar a leitura de um texto ou de um filme, sei lá, daquilo que eu me propus a fazer, sendo a mesma pessoa. Tem que fatalmente me tornar uma pessoa diferente, uma pessoa melhor, uma pessoa mais sensível, mais humana, então, já que nós não estamos discutindo universidade aqui, não é uma questão de formar uma área do conhecimento ou para uma determinada ciência, mas como que aquele conhecimento nos torna uma pessoa melhor para aquilo que eu me proponho a fazer. Acho que essa é uma grande questão e que a gente sente, eu particularmente sinto uma grande diferença.

P.J. – As diretrizes do PELC a gente tem lá um acesso ao esporte e ao lazer como um direito social. Tu acredita que o PELC cumpre esse papel?

P.L. – Não tenho dúvida disso. Para mim, é até divertido responder isso porque esse é o objeto de estudo do meu doutorado, então, eu não tenho dúvida em dizer que o PELC cumpre muito bem a sua função, que o Ministério do Esporte tem... E a Secretaria Nacional do Lazer de Inclusão Social tem cumprido muito bem o seu papel, só que por outro lado a gente não pode esquecer das dimensões e dos limites desse campo, dessa atuação. Então, assim, naquilo que eles se propõem a fazer, eles fazem muito bem! Naquilo que o Ministério propõe via PELC, eles fazem muito bem, não tem dúvida nenhuma quanto a isso. Agora quando se pensa em escala, quando se pensa em direito, retirando o PELC, ou pensando, vamos pensar que seja o PELC, a gente tem que se perguntar: Onde estão os outros municípios que não conseguiram o convênio? O Ministério tem dinheiro para portar recursos, ou um convênio que seja, para cada um dos cinco mil e poucos municípios do Brasil? Não, não tem! E aí se gente faz essa mesma reflexão perguntando sobre a questão do direito social e aí é interessante porque, de fato, nós estamos falando de direito social, do esporte como direito social, do lazer como direito social, só que é curioso

que a Constituição⁶ ela traz, não o esporte, mas o lazer como um direito fundamental, que é uma questão ainda mais profunda e mais sensível. Se olhar na Constituição, onde aparece o lazer como direito fundamental, ela aparece no mesmo nível do direito que as pessoas tem a dignidade, a família, o trabalho né, e a outras coisas fundamentais, e aqui o esporte não aparece. Então teoricamente, o peso legal do lazer como direito, na vida do brasileiro, ele deveria ser muito maior. Mas o que a gente observa é a dificuldade que o lazer tem de alguma maneira, reverberar na nossa vida cotidiana, é claro que ela existe né, se a gente for pensar como que é o lazer na periferia, como que o lazer na classe média, o lazer para os grupos mais favorecidos economicamente, e todos eles a questão do lazer em algum momento vai aparecer, e aparecer nas vinte e quatro horas do dia ela aparece em algum momento, só que a percepção das pessoas em relação ao lazer ela é muito baixa. Então, retomando a questão se o PELC tem feito bem o seu papel, ou cumprido o seu papel na medida que o esporte e o lazer ele é um direito social, sim, to bem tranquilo em te dizer, sim. Agora se você me complementar a pergunta, se for possível uma complementação, a gente tem que pensar em escala. Em termos de escala não, acho que nós temos muito o que fazer ainda.

P.J. – E agora tu comentou um pouco sobre essa questão e a questão das formações também, na tua opinião, além do que tu já comentou, o que seria possível fazer para qualificar mais o Programa?

P.L. –Eu penso no Programa como de extrema qualificação. É complicado, eu me pergunto assim, o que é um programa qualificado? Se a gente pegar as diretrizes, o PELC é altamente qualificado. A gente tem que se perguntar se essa qualificação consegue ser compreendida a quem interessa. Então, a quem interessa? Aos municípios, aos convênios. O que se propõem nas diretrizes e o que o município consegue aplicar é real, é próximo, então, nesse aspecto há ainda um distanciamento, é necessário a gente tentar pensar mecanismos que aproximem mais aquilo que se propõem as diretrizes do que os municípios tem feito lá na ponta. E isso se remete a outros problemas, a outras questões, entre elas, a questão da educação no país, então como que a gente vai pegar uma diretriz da complexidade que é essa do PELC e levar para os diversos lugares do país, em lugares que você tem, por exemplo, um índice de desenvolvimento humano que é metade da média

⁶ Constituição da República Federativa do Brasil.

nacional e que exige um certo nível de pensamento lógico, exige um nível de atenção, as pessoas que não passam por um processo formativo, de um ensino formal mesmo. Estou falando de ensino formal, de educação formal, tem muita dificuldade de concentração, tem muita dificuldade de assimilação, tem muita dificuldade de síntese, tem muita insegurança. Então, quando a gente fala de qualificação das diretrizes ou do PELC, eu penso muito nisso, o Programa é extremamente qualificado. Por outro lado, se eu pudesse aqui, pensar objetivamente, pensar concretamente, contornar essas diretrizes mais próxima da realidade, ou como tornar as diretrizes um pouco mais eficientes, eu diria que seria importante o Ministério dialogar mais com o terceiro setor e com as organizações não governamentais. Porque nós temos um gargalo, nós não temos dado conta de atender, por exemplo, na ponta, a diversificação dos conteúdos do lazer, nós não damos conta. E por uma série de motivos, não é não dar conta por não querer, porque as diretrizes não determinam. Não é isso. É porque a complexidade e pluralidade de conteúdos que nós temos é muito grande. E o tempo que nós temos para formar, para a gente fazer a composição dos convênios, lembrando daquela questão da ordem de início, que provoca um atraso, não dialoga uma coisa com a outra, quando a gente vai conseguir fazer esse trabalho que é artesanal, eles passaram para um trabalho industrializado lá atrás, que foi competir com a ordem de início, tem que começar logo, eu tenho que cumprir a burocracia. E eu entendo assim, que, por exemplo, uma coisa é... Uma associação de dança, sei lá, em qualquer lugar do país, se propor a fazer um trabalho de dança, ou se propor a fazer um trabalho de artesanato, ou se propor a fazer um trabalho de comunicação visual, ou se propor a fazer um trabalho de oficina de esportes, quer dizer, você tem e nós temos no país instituições que têm muita competência em fazer o que nós não temos dado conta de fazer, e nós temos um programa que tem condições de aportar recursos, por que não aporta? Mas uma vez: a burocracia, a cada momento em que o indício de corrupção aparece, a burocracia se fortalece. Fortalece no sentido bem ruim da palavra mesmo, então, se nós pensarmos a história do Programa, qual foi o último momento em que havia... O Ministério ainda fazia convênios ainda com ONG⁷ e quando veio à tona o escândalo dos alimentos, que havia desvio de recurso em um dos programas da Secretaria Nacional do Esporte, Lazer e Inclusão Social vinculada à atual Secretaria. Então, ao invés de se mudar os mecanismos, ou ao invés de criar mecanismos para que essa instituição não faça mais isso, é mais viável para o sistema político burocrático brasileiro, fechar essa possibilidade dessas ONGs ou do terceiro setor receber

⁷ Organização Não Governamental.

qualquer tipo de aporte do que outro tipo de reestruturação. Eu acho que isso foi muito ruim, foi muito ruim, porque nós temos muitas associações, muitas instituições não governamentais, fazendo um trabalho fantástico de muito impacto, muitas delas passando por dificuldade, precisando ganhar esse fogo, essa oxigenada e, infelizmente, eles não têm tido essa oportunidade. Então eu entendo que é o momento de a gente repensar se não seria oportuno retomar essas questões e pensar que como que, burocraticamente, nós podemos resolver isso. Mas isso é um assunto mal resolvido, entendo eu, no Ministério do Esporte e que ninguém ainda ousou retomar essa questão.

M.M – Dentro desse seu processo como formador teve em algum momento marcante que você poderia nos contar?

P.L. – É, eu tenho... Eu não sou muito assim de grandes histórias, grandes narrativas e é interessante, porque eu tenho um perfil estranho, eu gosto muito de trabalhar em convênio pequeno, eu gosto muito de trabalhar em cidades pequenas e eu tenho algumas histórias. Uma história interessante dessas que vão acontecendo, mas uma história para mim de modelo de gestão que eu tenho, a partir da minha experiência concreta, foi em um dos menores municípios que eu já fui, de mil e seiscentos habitantes. Foi um município que na época não tinha ordem de início, mas havia uma equivalência, vamos chamar assim, eles conseguiram essa ordem de início em duas semanas. Então, se a gente pensar isso para um município de mil e seiscentos habitantes do interior de São Paulo, é um indicador isso. E a gente pensar como que esses personagens construíram uma luta por um processo de reconhecimento dessa política, nos dá pistas interessantes de, como que uma cidade dessa em duas semanas consegue resolver todos os problemas e conseguir autorização para começar as atividades ao mesmo tempo que eles conseguiram ressignificar todos os espaços que eles iriam usar até então e que não eram espaços que estavam jogados ou subutilizados. Esse município chama para mim é uma grande referência, marcou muito a minha experiência, um dos convênios que eu consegui manter... Fiz todas as visitas, acabei de algum modo criando laços de amizade, não tem como o formador não ter esse lastro que a gente vai passando pelos lugares e vai também... Acaba se tornando conhecido, amigo dessas pessoas, então é uma experiência de gestão fascinante, porque eu particularmente nunca vi um município ser tão eficiente, e agir de forma tão simplificada.

M.M. – E quanto a momentos de dificuldade mesmo, até por questões políticas, já aconteceu?

P.L. – Todos eles. É igual havia mencionado, antes de se começar... Porque quando a gente pensa uma formação, a gente pensa em programação. Para pensar em programação, você tem alguma coisa que você precisa se basear, é como se na programação houvesse uma certa materialidade dentro daquilo que é preconizado pelas diretrizes e que é orientado que os formadores façam. Qual é o problema? É que quando você chega nesses lugares, você está lidando com pessoas com essa dimensão humana do conflito. E quanto menor for o município, pior a relação política, mais clara fica a relação porque você, por exemplo, como a gente ou como coordenador, você apoiou o prefeito tal, aí ela apoiou o outro, aí ninguém sabe o que é ela, isso já é ruim para ela também, e as pessoas te julgam por isso e até que a gente consiga dizer assim: “Olha, o Programa ele não depende dessas questões, a questão política não pode pautar o nosso programa, não essa questão política.”. Mas ela é clara em todos os municípios, e óbvio, que o PELC em município pequeno, os grandes convênios também, o PELC é voto. O que o político mais quer? Ele quer voto, então ele tem uma atenção especial, eles de certa forma nos recebem muito bem, toda aquela política de ser um bom gestor para manter as relações. Às vezes por ignorância de achar que o formador tem o poder da caneta, de liberar recursos, mas é impressionante como se tem problemas relacionados à questão política, à divergências de partido mesmo, à questão pessoal mesmo, então isso é levado para o lado pessoal. Nos convênios pequenos, isso é praticamente 90% deles, você vai ter esse problema, isso vem à tona, em algum momento vem à tona, para não dizer todos os momentos formativos e é ruim, mais uma vez, por quê? Porque nós temos um modelo de fazer política no nosso país, nós temos uma educação que é um projeto de uma falta de educação em nosso país que impacta em todas as áreas.

A.Z. – Falando desse impacto, como tu perspectiva os cortes do governo, tu acha que vai impactar muito no Programa, como que vocês tão vendo isso?

P.L. – Eu não consigo ainda... Eu estive ausente do PELC por um ano, cheguei em dezembro de novo. Eu não posso falar como representante, agora como formador tenho muito claro que nós já estamos sofrendo isso e vamos sofrer muito mais. Me surpreende o fato de não termos tido passado por um momento muito ruim, porque se nós formos

avaliar, na realidade nós vivemos um momento de privilégio, porque a política social nunca foi prioridade em determinados tipos de governo e, de repente, houve uma mudança muito radical de concepção de governo mesmo e a política se mantém e entendo que ela se mantém por competência. E a competência criou também a necessidade do político mexer com esse Programa, então, quando a gente entra em um nível de complexidade de programa, de fundamentação de programa, de seriedade como se conduz as coisas, mesmo na política brasileira, que é uma política completamente estranha, eles pensam muito. O político pensa muito na hora de mexer nessas relações, o que não quer dizer que nós estamos imunes de qualquer alteração, corte, finalização de processo, mas que isso revela muita coisa, revela a capacidade e a seriedade que o PELC se construiu historicamente.

M.M. – Você já teve mais algum envolvimento com outro programa social?

P.L. – Eu trabalhei... Eu tive envolvimento bem direto no Programa Segundo Tempo, na época que tinha o Segundo Tempo acontecia nas universidades. Nós conseguimos uma aprovação, coordenei o projeto do programa Segundo Tempo... Você perguntou do Governo Federal?

M.M. – Nesse sentido dentro da área do esporte e lazer mesmo.

P.L. – Aí tem o Governo do Estado de Goiás, já trabalhei com outros projetos também. Em nível municipal trabalhei dentro de um clube que é muito grande, por sinal, acabou se tornando um grande clube, não profissional, mas um clube que trabalha várias modalidades, e, querendo ou não, a gente tinha também que dialogar com política...

M.M. – E desses envolvimento com o PST e com esses outros projetos, qual o diferencial do PELC que você pode...

P.L. – A formação. O processo formativo. Não é a formação! A formação está ali, bem determinada em um momento ou em outro, seja a formação presencial em que os formadores vão até os lugares, ou seja, a formação em serviço, essa semanal que eles fazem. Mas não é essa questão, é o processo formativo, é a provocação que o Programa faz para que as pessoas tomem consciência da importância desse processo. Mais do que uma

oficina ou alguma coisa, uma questão de cidadania, de empoderamento, de ganhar voz, de reconhecimento, de visibilidade. E aí eu acho que é um ponto muito positivo do Programa, na medida em que ele tenta fazer desse processo formativo, um processo de luta coletiva, porque não dá para se fazer uma política de gabinete, só com a boa vontade de meia dúzia de pessoas para a gente pensar naquela questão que vocês fizeram sobre o esporte e o lazer como direito social. Entendo que o lazer e o esporte como direito social só vão se constituir quando nós formos protagonistas disso, e aí nós, na nossa individualidade, na nossa personalidade, também na nossa capacidade de unir forças em prol de uma luta, no caso a luta pelo esporte e lazer como um direito social.

P.J. – Tem alguma coisa que a gente não perguntou que tu gostaria de comentar ou compartilhar conosco?

P.L. – Não, eu acho que vocês são excelentes no que vocês têm feito. [risos] Eu tento ser objetivo, não tem, talvez um relato que o grande beneficiado nesse processo todo, sou eu. Eu, como função de formador, porque a cada formação a gente tem a condição de conhecer uma realidade, de se encantar com uma realidade, também de se revoltar com outras possibilidades. É um trabalho fantástico, apaixonante, também difícil, ele é árduo, porque a cada formação, as pessoas sugam muito sua energia, elas tentam te aproveitar ao máximo e aquilo exige muito da gente. Mas é um trabalho fantástico que a gente ganha em conhecimento, na sensibilidade dessa dimensão humana que a gente perdeu, tem a cada dia mais essa confusão de valores que culmina com todo esse caos que está o país e a gente lida exatamente com esses problemas. Eu costumo a dizer nas formações, principalmente as mais recentes, que a gente acha que o problema do país está muito em Brasília, mas não está: o formador tem essa dimensão que esses processos é que precisam de mudança urgente, eles estão lá no nosso dia a dia da formação, estão na nossa rotina. Somos nós, afinal de contas, que elegemos essas pessoas também e de algum modo também somos influenciados por essas pessoas, porque nós não temos referência no nível de um poder legislativo, executivo, judiciário e etc, que nos permite inspirar uma possibilidade, uma conduta diferente. Isso é muito difícil quando você vai para os lugares, você vai... Fui para um município do interior do Piauí que tem uma arrecadação semanal... Teve uma arrecadação na semana que eu estava lá de trezentos reais, então, é muito complicado essas questões, enfim, é um trabalho revelador, é um trabalho maravilhoso que, invariavelmente,

a gente tem que acabar se tornando pessoas mais sensíveis, pessoas melhores porque exatamente nós temos que estar mais antenados com o que tem acontecido. Acho que era isso.

P.J. – Então Paulo, queria te agradecer mais uma vez e o Centro de Memória também está à disposição para o que tu precisares. A gente continua em contato.

P.L. – Legal, com certeza vou acionar vocês, já acionei sem saber [risos] acaba que na minha pesquisa eu usei bastante material de vocês buscando uma ou outra informação, então, bacana, parabéns.

P.J. – Obrigada!

[FINAL DA ENTREVISTA]